

portugalidade

Edição n.º 6 | dezembro 2023

m a g a z i n e

TURISMO | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA

LEGADO JUDAICO EM PORTUGAL

Encargo comercial da responsabilidade da Litografis - Artes Gráficas, Lda. Não pode ser vendido separadamente | Distribuição gratuita e bimestral

A photograph of the Palácio Nacional de Queluz, a grand Baroque palace in Lisbon, Portugal. The building is white with blue and yellow accents around the windows and doors. It features a central pediment with a relief sculpture and several statues on the roof. In front of the palace is a formal garden with manicured hedges, a central fountain, and several statues on pedestals. The sky is blue with light clouds.

PALÁCIO NACIONAL DE QUELUZ
EXUBERÂNCIA DO PASSADO
QUE SE FAZ PRESENTE

visitcoruche

Capital Mundial da Cortiça

www.visitcoruche.com



coruche
município



visit
CORUCHE



EDITORIAL

Escrevia eu há pouco mais de um ano, no primeiro número desta revista, que “começar é sempre difícil, a frase mais vezes apagada e reescrita é tantas vezes a primeira”. Dependendo das situações, continuar, persistir, conservar, permanecer, consegue sê-lo ainda mais. É afinal o derradeiro teste a criaturas que, não sendo imortais, mantêm o fascínio por tudo o que é eterno.

É possível apreciar essa aspiração à eternidade na monumentalidade ou em algum legado histórico, por exemplo. Algo a que Napoleão apelou quando, no dia 21 de julho de 1798, proferiu a célebre frase, no Egito: “Soldados! Do topo destas pirâmides, 40 séculos vos contemplam!”

Mas é sobretudo na arte que a procuramos (a eternidade) e são, particularmente, os artistas que a encontram. Almas velhas e geniais, capazes de iniciar uma simples carta definindo o espaço onde a vão desenvolver como uma “larga e burguesa folha de papel” - Eça de Queiroz escrevendo a Ramalho de Ortigão.

Roberto Bolaño, o escritor chileno que, dizem, sempre sonhou ser poeta mas acabou romancista, teve a sua obra poética completa traduzida por Carlos Vaz Marques e publicada recentemente em Portugal pela Quetzal. Um dos seus poemas que tem por título “É melhor aprender a ler do que aprender a morrer”, tem um epílogo e moral da história que

termina assim: “Ler é aprender a morrer, mas também é aprender a ser feliz, a ser corajoso.”

E qual é o exemplo maior da coragem para Bolaño?

“A poesia, mais corajosa do que ninguém
entra e cai
a prumo
num lago infinito como Loch Ness”

Tudo dito, mas temos monumentos e legado nas páginas que se seguem? Temos pois, e até Napoleão, ou pelo menos as suas tropas, derrotadas pelas Linhas de Torres, nas invasões a Portugal. E, tal como na primeira edição que referi no início deste texto, voltamos a ter Sintra na nossa capa, remetendo-nos para o “conto de fadas” que a paisagem deste município de rara beleza nos oferece. E ajudamos a manter viva a memória também na “Fronteira da Paz”, em Vilar Formoso, recordando valores de coragem e humanismo.

É assim que esperamos entrar em 2024, inspirados por palavras e sentimento inteiros, aprendendo “a ser feliz” e, sempre, “a prumo”.



ÍNDICE

Parques de Sintra

6 Palácio Nacional de Queluz

Legado Judaico em Portugal

11 Turismo do Centro
12 Trancoso
14 Almeida (Vilar Formoso)
16 Guarda
18 Leiria
20 Belmonte

Bandeira Verde ECO XXI

23 Águeda

Linhas de Torres

25 Sobral de Monte Agraço

Portugal Cultural Imaterial

28 Figueira da Foz

Raças Autóctones

32 Raça Catrina (Açores)

Feira do Fumeiro

34 Vinhais

FELIZ
2024



PALÁCIO NACIONAL DE QUELUZ – EXUBERÂNCIA DO PASSADO QUE SE FAZ PRESENTE

É um dos exemplos mais notáveis da ligação harmoniosa entre paisagem e arquitetura palaciana em Portugal, do que era a vida na Corte entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX e, acima de tudo, do que era o gosto da aristocracia portuguesa, numa altura marcada pelo barroco, pelo rococó e pelo neoclassicismo. Mas a relevância do Palácio Nacional de Queluz vai muito além da estética.

Intimamente ligado às vivências de três gerações da Família Real portuguesa, e palco de intensas emoções, testemunhou acontecimentos determinantes para a história de Portugal.

Por tudo isto, o Palácio Nacional de Queluz é um incontornável marco histórico, artístico e cultural; um património valioso que a Parques de Sintra investiga, conserva, recupera e divulga, para proporcionar às gerações presentes e futuras uma viagem ao mundo sofisticado e exuberante do período barroco.

DE CASA DE CAMPO A PALÁCIO REAL

As origens do Palácio remontam à antiga Casa de Campo de Queluz, construída nos finais do século XVI, pelo primeiro marquês de Castelo Rodrigo, D. Cristóvão de Moura, partidário da União Ibérica, instaurada em 1580. Após a Restauração da Independência, em 1640, a propriedade é confiscada e integrada na Casa do Infantado.



Sala do Trono ©PSML



Sala dos Embaixadores ©PSML

Em 1747, o Infante D. Pedro, terceiro Senhor da Casa do Infantado encarrega o arquiteto Mateus de Vicente de Oliveira de ampliar o chamado “Paço Velho”. Anos mais tarde, em 1760, o anúncio do casamento de D. Pedro com a herdeira do trono, a princesa D. Maria, futura rainha D. Maria I, motiva obras mais profundas, já sob a orientação de Jean-Baptiste Robillion. A intervenção do arquiteto e ourives francês dota a propriedade da grandeza de Palácio Real, recheando-o de salas de aparato, como a Sala do Trono ou a Sala dos Embaixadores. Acrescenta-lhe, igualmente, um conjunto de sumptuosos jardins de inspiração francesa.

Entretanto, o Palácio deixa de ser uma residência de verão e torna-se na principal morada da Família Real, que ali habita a partir de 1794, após o incêndio que destruiu a Real Barraca da Ajuda.

Durante o reinado de D. Maria I e de D. Pedro III, o espaço vive a sua época áurea e torna-se um dos principais pontos de lazer da Corte, com a organização

de requintadas festas, serenatas, cavalhadas, espetáculos de fogo-preso, celebrações religiosas e aniversários reais. Mas a folia rapidamente se desvanece e dá lugar a tempos sombrios de preocupação e de medo.

Em 1807, já com D. João na regência do reino, e na sequência da chegada das tropas napoleónicas a Lisboa, a Família Real parte para o Brasil, levando consigo o recheio do Palácio.

Após o regresso da Família Real, em 1821, vive-se um clima de grande instabilidade política. Nesta altura, a rainha D. Carlota Joaquina, acusada de conspirar contra o marido, D. João VI, e de defender os interesses da coroa espanhola e não os de Portugal, é afastada do poder, ficando isolada no Palácio de Queluz em regime de semiexílio.

A geração seguinte, marcada pela Guerra Civil que opôs os irmãos D. Miguel e D. Pedro IV de Portugal e primeiro Imperador do Brasil, encerrou a vivência real do Palácio de Queluz. Em 1834, a morte de D. Pedro IV, primeiro monarca constitucional português, em Queluz, no mesmo quarto onde tinha nascido 36 anos antes, marca o fim do Antigo Regime, período ao qual este Palácio ficará, eternamente, ligado.

A VIDA DO PALÁCIO NOS SÉCULOS XX E XXI

Em meados do século XX, e após muitos anos de esquecimento, o Palácio de Queluz, que tinha sido classificado como Monumento Nacional em 1910 e que tinha sofrido um incêndio em 1934, voltou a ter um papel central na história de Portugal, transformando-se num palco incontornável da diplomacia e da política externa nacionais.



Pavilhão D. Maria I ©PSML

A partir de 1940, e até 2004, o Pavilhão D. Maria I passou a ter funções de residência dos Chefes de Estado estrangeiros em visita oficial a Portugal. Nesta ala do Palácio Nacional de Queluz, que foi objeto de um projeto de musealização concluído em 2021, ficaram alojadas algumas das personalidades que mais influenciaram a história da Europa e do mundo no século passado, com destaque para Rainha Isabel II do Reino Unido.

A vertente lúdica também foi recuperada: a Escola Portuguesa de Arte Equestre, fundada em 1979, está sediada nos jardins do Palácio Nacional de Queluz. Esta Escola, profundamente ligada à tradição e aos costumes da corte portuguesa do século XVIII, recupera a tradição da Picaria Real, academia equestre fundada por D. João V, e utiliza exclusivamente cavalos lusitanos de ferro de Alter Real. É considerada Património Nacional e tem como objetivo promover o ensino, a prática e a divulgação da arte equestre tradicional portuguesa, um património cultural único no mundo.



Escola Portuguesa de Arte Equestre ©PSML

Atualmente, os visitantes podem assistir a treinos, apresentações e galas no Picadeiro Henrique Calado, na Calçada da Ajuda (Belém, Lisboa).

Em setembro de 2012, a Parques de Sintra assume a gestão do Palácio Nacional de Queluz.

PARQUES DE SINTRA DEVOLVE O ESPLendor A QUELUZ: A RECUPERAÇÃO DO AZUL DAS FACHADAS E A RECONSTITUIÇÃO DO JARDINS BOTÂNICO E DE MALTA

A partir do momento em que passou a integrar o património administrado pela Parques de Sintra, o Palácio Nacional de Queluz entrou numa nova fase da sua história. A empresa, que contava já com uma vasta experiência na área da gestão, conservação e restauro do património, promoveu um diagnóstico do estado de conservação do Palácio e dos Jardins. Confirmado o elevado estado geral de degradação do conjunto, foram analisadas as áreas a necessitar de recuperação e desenvolvidos/adaptados projetos detalhados de intervenção.

Desde então, a Parques de Sintra levou a cabo múltiplos projetos no Palácio Nacional e Jardins de Queluz, concretizando investimentos que ascendem a cerca de 11 milhões e meio de euros.

Um dos mais importantes foi a recuperação das

cantarias, vãos e fachadas do monumento. Os trabalhos decorreram entre 2015 e 2016 e devolveram a cor azul original ao edifício. A investigação aprofundada permitiu identificar o reboco tradicional de cal e areia e pigmento azul-claro acinzentado. Posteriormente, face à acentuada deterioração das fachadas do Palácio, optou-se por substituir os rebocos e os barramentos degradados, uniformizando o acabamento das fachadas com uma solução mais próxima da original: a caição tradicional, em cores obtidas a partir de pigmentos de origem mineral, sobre rebocos de cal e areia.

Nos jardins, destacam-se dois grandes projetos: a reconstituição histórica do Jardim Botânico de Queluz e a recuperação do Jardim de Malta.



Jardim Botânico de Queluz ©PSML

Construído entre 1769 e 1780, o Jardim Botânico de Queluz foi sucessivamente destruído por fenómenos naturais e abandonado.

Em 2012, a Parques de Sintra iniciou um complexo processo de investigação histórica e sondagens arqueológicas que envolveram uma equipa multidisciplinar e possibilitaram o restauro integral deste Jardim. Entre a diversidade de elementos que regressaram aos seus locais originais, após a sua descoberta e identificação, salientam-se as quatro estufas, onde voltaram a ser cultivados ananases, como na época dos grandes banquetes da Família Real em Queluz; o lago central; e a estatuária. A coleção botânica foi constituída com base no Index de Manuel de Moraes Soares, datado de 1789, que reúne as espécies existentes na época neste jardim.

Em 2017, concluiu-se a reconstituição histórica do Jardim Botânico de Queluz, que devolveu à fruição pública um espaço que tinha perdido a sua função original. O projeto alcançou um feito inédito para Portugal ao vencer dois Prémios da União Europeia para o Património Cultural / Prémios Europa Nostra 2018: o prémio do júri, na categoria de Conservação e Restauro, e o prémio Escolha do Público.

Também em 2017, e no seguimento de uma extensa investigação, o Jardim de Malta, construído entre 1758 e 1765, foi objeto de um projeto de reconstituição e requalificação que lhe restituiu o traçado setecentista

e o caráter lúdico e interpretativo original. Voltou, assim, a ser possível desfrutar deste jardim de aparato em parterre (superfície plana), composto por desenho geométrico ou em broderie, como se fosse um bordado ou um tapete, e pensado para ser apreciado como uma peça de arte. Como medida de prevenção contra o míldio que afeta o buxo, e seguindo as recomendações internacionais, a replantação foi feita com murta.

A nível decorativo, procedeu-se ao restauro e conservação da estatuária, das balaustradas, do lago central, dos degraus e cantarias, bem como ao restauro e regresso ao Jardim de Malta dos quatro lagos angulares e respetivos grupos escultóricos.



Jardim de Malta ©PSML

De projeto em projeto, o Palácio Nacional de Queluz vai, assim, recuperando o esplendor do século XVIII, mas, há, ainda, um longo a caminho a percorrer.

O REGRESSO DO ÓRGÃO HISTÓRICO DE TUBOS DO SÉCULO XVIII À CAPELA REAL, O RENASCIMENTO DO ORATÓRIO DE D. JOÃO VI E OUTROS PROJETOS PARA O FUTURO

Atualmente, a Parques de Sintra está a intervir na Capela Real do Palácio Nacional de Queluz, que vai ser integralmente restaurada. Um dos grandes objetivos do projeto é permitir a perfeita e funcional reintegração do órgão histórico de tubos do século XVIII, que vai voltar ao local original ao fim de mais de 100 anos.

Contemplando a multiplicidade de técnicas artísticas e decorativas presentes naquele que é um dos espaços mais antigos do Palácio, todos os revestimentos decorativos, que incluem madeira policromada, pintura sobre tela, painéis de azulejo e talha dourada, estão a ser conservados e restaurados. É necessário intervir, igualmente, a nível estrutural, pois a instalação do instrumento ao centro do



Restauro da Capela Real ©PSML



Restauro da Capela Real ©PSML

Coro Alto requer a criação do espaço destinado a albergar toda a mecânica sonora.

Simultaneamente, o órgão histórico de tubos, construído no século XVIII por Machado e Cerveira, está a ser restaurado pelo mestre organeiro Dinarte Machado.

Quando o projeto estiver concluído, previsivelmente no final de 2024, o instrumento regressará ao local original, para voltar a ser escutado em todo o seu esplendor. A Parques de Sintra devolverá, assim, a fruição deste instrumento histórico à comunidade, no cumprimento da sua missão, que passa também pela recuperação do património imaterial e das vivências associadas ao Palácio Nacional de Queluz. Ao longo dos anos muitas têm sido as atividades culturais promovidas pela empresa com este objetivo, com particular destaque para a música do período barroco.

Tal como a música, também a religião teve um papel fundamental na história deste Palácio. Por isso, enquanto decorre o restauro da Capela Real, há um projeto museográfico em curso vai fazer renascer o oratório de D. João VI. O estudo dos inventários da época, apoiado por um registo iconográfico de 1906, está a permitir a reconstituição deste espaço de oração fundamental para conhecer os hábitos da Família Real. Algumas valiosas peças que vão regressar ao seu local original, como uma estatueta de São Pedro oferecida ao rei D. João VI pelo Papa Pio VII e pinturas de Domingos Sequeira, Jean-Baptiste Debret e Arnaud Pallière, foram já restauradas.

No Palácio Nacional de Queluz, como acontece em todos os parques e monumentos geridos pela Parques de Sintra, a investigação é constante, com vista a aumentar o conhecimento sobre o património. Um trabalho que origina novas descobertas e novas abordagens museográficas, resultando num património vivo e em constante dinamização, que oferece ao público motivos regulares de visita e experiências inovadoras.

SOBRE A PARQUES DE SINTRA

A Parques de Sintra é uma empresa de capitais exclusivamente públicos, criada em 2000, no seguimento da classificação pela UNESCO da Paisagem Cultural de Sintra como Património da Humanidade. Não recorre ao Orçamento do Estado, pelo que a recuperação e manutenção do património que gere são asseguradas pelas receitas de bilheteiras, lojas, cafetarias e aluguer de espaços para eventos.

Nos últimos dez anos, as áreas sob gestão da empresa (Parque e Palácio Nacional da Pena, Palácios Nacionais de Sintra e de Queluz, Chalet da Condessa d'Edla, Castelo dos Mouros, Parque e Palácio de Monserrate, Convento dos Capuchos e Escola Portuguesa de Arte Equestre) receberam cerca de 25 milhões de visitas.

A PSML é detentora de onze World Travel Awards para Melhor Empresa do Mundo em Conservação, que venceu consecutivamente entre 2013 e 2023.

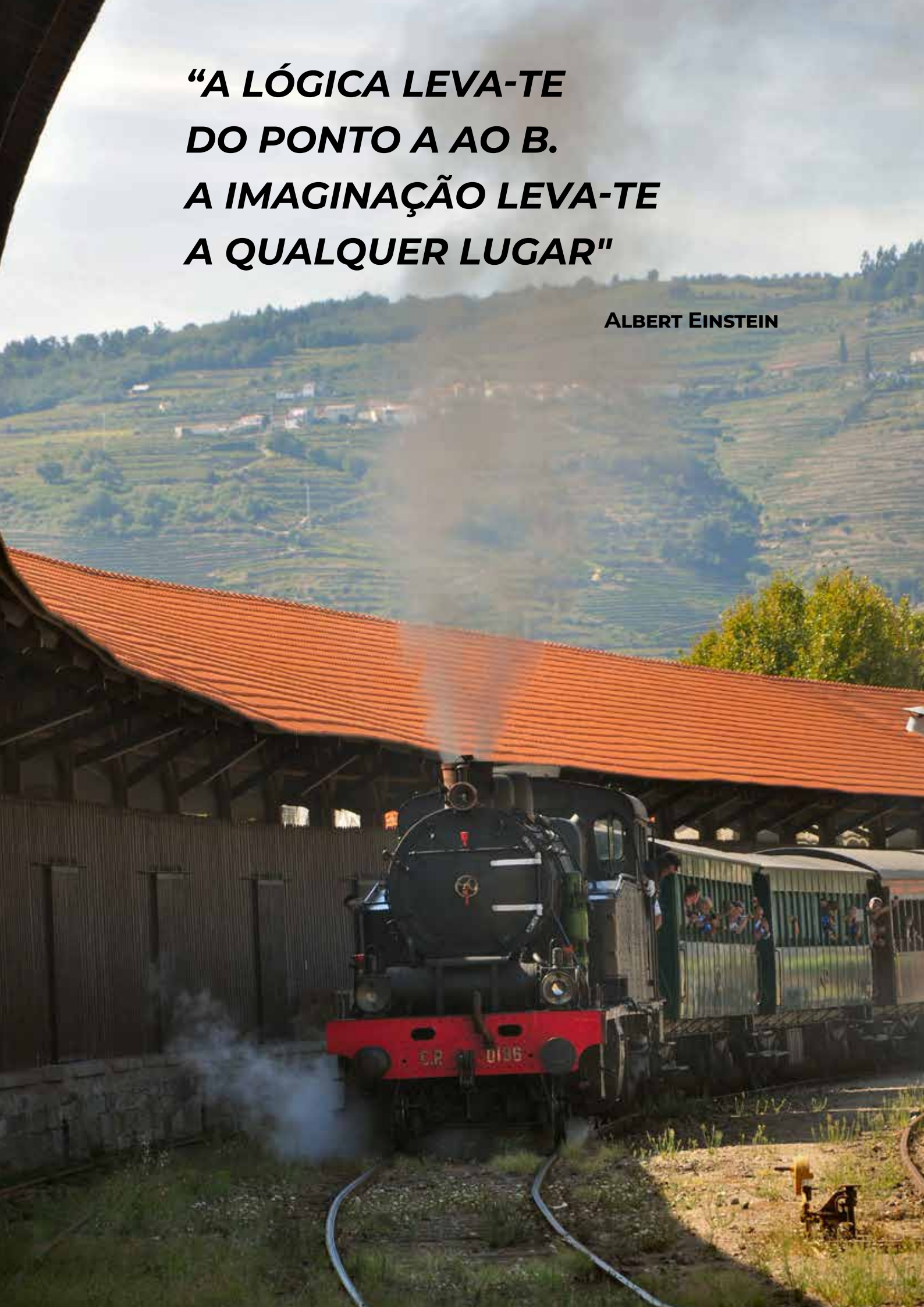
São acionistas da PSML a Direção Geral do Tesouro e Finanças (que representa o Estado), o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, o Turismo de Portugal e a Câmara Municipal de Sintra.

No futuro, o público pode contar com muitas novidades em Queluz. Em resultado das mais recentes conclusões decorrentes da investigação, a museografia do Palácio será objeto de revisão para recuperar os ambientes e as vivências quotidianas dos séculos XVIII e XIX.

Prevê-se, igualmente, a instalação de um núcleo interpretativo do monumento no local atualmente ocupado pela Biblioteca de Arte Equestre (que será transferida para outro espaço do Palácio), onde serão disponibilizados documentos e variados objetos que permitem perceber as várias fases da história do Palácio Nacional de Queluz, acrescentado valor à experiência de visita.

***“A LÓGICA LEVA-TE
DO PONTO A AO B.
A IMAGINAÇÃO LEVA-TE
A QUALQUER LUGAR”***

ALBERT EINSTEIN



A HERANÇA JUDAICA E O TURISMO NO CENTRO DE PORTUGAL

O Turismo Espiritual e Religioso assume um papel de grande destaque na promoção do Centro de Portugal. Percebe-se por que assim é. Esta é, sem dúvida, a região do país com mais polos de interesse a este nível, com lugares de culto que propiciam a paz interior e espiritual.

Sendo incontornável a importância de Fátima a este nível, uma vez que é um Altar do Mundo que atrai milhões de cristãos todos os anos, a região testemunha o florescimento de dois produtos turísticos religiosos em ascensão: os Caminhos Portugueses de Santiago e o património judaico, que destaco por ser o tema desta revista.

A presença judaica na região Centro antecede o Cristianismo. No entanto, após séculos de perseguições, o culto judaico permaneceu clandestino até tempos recentes, quando finalmente se abriu para as comunidades vizinhas. Hoje, é possível explorar os destinos que revelam a grande riqueza do Centro de Portugal Judaico.

O território da Serra da Estrela preserva vestígios significativos dessa presença, destacando-se Belmonte, lar da última comunidade criptojudáica nesta parte da Europa. A singularidade dessa comunidade, que manteve os seus ritos, orações e relações sociais em segredo por séculos, resistindo à perseguição movida pela Inquisição, confere-lhe um interesse particular. Na verdade, como não mantiveram contacto com outras comunidades, os judeus de Belmonte acreditaram, durante séculos, que eram os únicos sobreviventes deste povo em todo o mundo. O Museu Judaico de Belmonte oferece uma visão obrigatória dessa história fascinante.

A Rota das Antigas Judiarias da Serra da Estrela, porém, é bastante mais vasta, abrangendo locais como Celorico da Beira, Covilhã, Fundão, Gouveia, Guarda, Linhares da Beira, Manteigas, Penamacor, Pinhel ou Trancoso, todos eles testemunhos tangíveis da presença judaica em elementos como arquitetura, toponímia e comércio.

Num passado recente, a região serrana voltou a ser um porto seguro para os judeus perseguidos, já que muitos dos que receberam vistos passados pelo cônsul Aristides Sousa Mendes chegaram a Portugal através da fronteira de Vilar Formoso – onde é também obrigatória uma visita ao museu Fronteira da Paz.

O património judaico é, pois, um produto turístico em grande crescimento na região e revela um grande potencial de atração de turistas, que chegam de Israel, dos Estados Unidos e de muitos outros países. Acresce que são visitantes com significativo poder de compra, contribuindo positivamente para as economias locais.

Tomei recentemente posse como presidente da Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal, tendo assumido, entre outros objetivos, a aposta de manter a região na linha da frente do crescimento turístico, oferecer aos visitantes cada vez mais motivos para quererem voltar e garantir aos empresários do setor as melhores condições para que o seu esforço alcance os retornos merecidos.

O Turismo Religioso é um dos principais ativos turísticos da região – ao lado do património, da História, da natureza, do turismo ativo e desportivo, da gastronomia e dos vinhos e, acima de tudo, das pessoas – que me levam a acreditar que os objetivos serão alcançados. O Centro de Portugal está destinado a continuar a crescer acima da média nacional, como tem acontecido nos anos mais recentes.

Raul Almeida, presidente da Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal



TRANCOSO APOSTA FIRMEMENTE NA ROTA DO PATRIMÓNIO JUDAICO

A cidade de Trancoso, com uma forte ligação à comunidade judaica e através da sua rota do património judaico, investe num turismo “emocional e cultural”. O Centro de Interpretação da Cultura Judaica Isaac Cardoso e a Casa Bandarra são as duas das principais atrações desta rota que homenageia grandes personalidades.



Centro de Interpretação da Cultura Judaica Isaac Cardoso

“Os judeus de Trancoso eram sapateiros, tecelões, alfaiates, emprestavam dinheiro, eram proprietários, viviam também do arrendamento de habitações e eram essencialmente mercadores e homens de negócios.” – diz-nos o Presidente da Câmara Municipal de Trancoso, Amílcar Salvador. A comunidade Judaica cresceu substancialmente em Trancoso nos séculos XV e XVI, havendo a necessidade de ampliarem a sua sinagoga e assim foi em 1481, precedente do pedido realizado a D. João II. Consta-se também que a judiaria, na Rua da Corredoura, era maior que a da Guarda no século XVI.

É perante este passado histórico que o município assume a sua forte ligação ao judaísmo e integra dois grandes espaços culturais, em frente um ao outro, na rua Poço do Mestre: o Centro de Interpretação da Cultura Judaica Isaac Cardoso, com a primeira réplica de sinagoga sefardita em Portugal; e a Casa Bandarra, o primeiro monumento com cariz de interpretação cultural.

O CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA CULTURA JUDAICA ISAAC CARDOSO

O Centro de Interpretação da Cultura Judaica Isaac Cardoso analisa a presença judaica e os cristãos-novos em Portugal, principalmente em Trancoso, tendo sido pioneiro na forma de apresentar os conteúdos escritos e audiovisuais. São mencionadas as reparações históricas realizadas, devido ao que aconteceu na inquisição e foi construída uma sinagoga sefardita, mesmo não havendo atualmente uma comunidade judaica em Trancoso. O objetivo é fornecer um espaço pacífico aos seus visitantes.

Isaac Cardoso foi um especialista em medicina, filosofia, religião, entre outras áreas disciplinares, que assumiu este nome quando se mudou definitivamente para Verona e decidiu praticar o judaísmo livremente. A sua presença em Trancoso foi crucial, tendo crescido lá com os seus pais e decidiu sair no início do século XVII para ser médico na corte espanhola.

A CASA BANDARRA

A Casa Bandarra é constituída por dois pisos, sendo o piso zero dedicado a frases de autores sobre Bandarra. Os autores são Padre António Vieira, Fernando Pessoa e Elias Lipiner. Será possível assistir à transmissão de dois vídeos, um referente a lendas de Bandarra, recolhidas de residentes com mais de 75 anos; e outro que conta, através de atores profissionais,



Memorial - Centro de Interpretação Isaac Cardoso



Casa do Gato Preto

a história de vida e obra deste profeta.

O primeiro piso dispõe de um painel descritivo sobre a vida e obra de Bandarra, uma fonoteca e um livro em áudio, integrando as suas trovas que cantava aos cristãos-novos, as "que o fez ser preso pela inquisição". Fisicamente está também presente um iPad que inclui uma aplicação de conteúdos científicos sobre este tema e uma mesa multimédia didática com várias ferramentas de uma oficina de sapateiro (sovela, molde de sapato, agulha martelo, entre outros), realizando uma correlação com as trovas de Bandarra.

Para terminar com uma grande surpresa no Logradouro será possível ouvir uma trova de Bandarra, com um arranjo musical, estando escritas nas suas paredes as letras de quatro trovas, em português e inglês.

Todos os conteúdos ali presentes têm uma base científica, recorrendo também às novas tecnologias para apelar à visita de miúdos e graúdos.

QUEM FOI BANDARRA?

Bandarra é a alcunha do nome Gonçalo Anes, um homem que nasceu no início do século XVI em Trancoso, tendo assistido à "criação da inquisição, da qual foi vítima em 1541 (...)".

Gonçalo Anes construiu uma posição social através



Sinagoga - Centro de Interpretação Isaac Cardoso



Pormenor do imóvel, vitral com um candelabro

da sua profissão, de 'sapateiro de correia', conseguindo relacionar-se mais facilmente com cristãos-velhos e cristãos-novos. Apesar de nunca ter sido comprovado ser judeu, ele defendia firmemente os judeus - era considerado, por muitos, um "exegeta" e "líder religioso". A divulgação das suas "Trovas e Sonhos" tornaram-no num profeta de Portugal

A ROTA DO PATRIMÓNIO JUDAICO DE TRANCOSO

Trancoso tem estado a trabalhar na sua rota judaica, sendo cofundador da Rede de Judiarias de Portugal, o que demonstra a importância deste projeto para Trancoso.

Esta rota passa principalmente pela rua da judiaria e pelo Centro histórico, já que os judeus também tinham casas aí, tal como se pode constatar pelos cerca de 200 elementos arquitetónicos. O autarca apresenta exemplos: marcas cruciformes, candelabros, estrelas, entre outros mais polémicos, "mas que fazem parte do património". Para além disso, atualmente ainda se junta o Centro de Interpretação da Cultura Judaica Isaac e a Casa Bandarra.

O património judaico material e imaterial é visitado por cristãos-novos, naturais ou por residentes de Trancoso. Já não se trata de um turismo religioso, mas um mais "emocional e cultural, à procura de reminiscências das suas raízes", afirmou. Os principais turistas provêm do Centro da Europa, Israel, norte de África, Estados Unidos e Brasil.

Apesar de esta rota já estar bastante rica culturalmente, Trancoso ainda ambiciona alargá-la às aldeias do concelho.

www.cm-trancoso.pt

VILAR FORMOSO - FRONTEIRA DA PAZ “MEMORIAL AOS REFUGIADOS E AO CÔNSUL ARISTIDES DE SOUSA MENDES”... UM DESPERTAR PARA UMA EXPERIÊNCIA DE EMOÇÕES!

Vilar Formoso - Fronteira da Paz “Memorial aos Refugiados e ao Cônsul Aristides de Sousa Mendes”, integrado no projeto da Rede das Judiarias de Portugal – Rotas de Sefarad, é um Centro de Interpretação que relembra o papel de Portugal no acolhimento de refugiados durante a II Guerra Mundial.



Blanchette Fleur (uma das muitas refugiadas que fizeram questão de aparecer na inauguração) e a filha, junto ao painel com a foto dela em 1942

Ao manter a sua neutralidade durante esse conflito, Portugal foi um dos raros portos livres da Europa, permitindo, por isso, o embarque para o outro lado do Atlântico. Por essa razão, e depois da capitulação da França, em junho de 1940, milhares de refugiados chegaram às fronteiras portuguesas. A esmagadora maioria - como referiu então o diretor da Polícia política - trazia vistos passados por Aristides de Sousa Mendes, cônsul de Portugal em Bordéus.

Grande parte destas pessoas entraram por Vilar Formoso, a principal fronteira terrestre portuguesa. Assim, na última quinzena de junho de 1940, esta vila raiana encheu-se de milhares de pessoas. Artistas, gente anónima, ministros no exílio, cabeças coroadas, etc.

Margarida de Magalhães Ramalho, curadora deste Memorial, refere que “Desde a ascensão do nazismo que algumas famílias, sobretudo alemãs, tinham procurado abrigo em Portugal. Contudo, e até à queda de Paris, o movimento nas fronteiras não foi

significativo. Sabemos que desde dezembro de 1939 aos primeiros dias de junho de 1940, a entrada diária de estrangeiros em Vilar Formoso não ultrapassava duas ou três dezenas de pessoas. A partir de meados do mês o número começa a crescer, chegando às duas mil no dia 22. Esse número manter-se-ia mais ou menos até ao final do mês de junho, altura em que os vistos de Sousa Mendes foram inviabilizados e as fronteiras espanholas encerradas temporariamente.”

A 26 de Agosto de 2017, a Câmara Municipal de Almeida inaugurou o Centro de Interpretação Vilar Formoso Fronteira da Paz, Memorial aos Refugiados e ao Cônsul Aristides de Sousa Mendes. Dividido em seis núcleos, este Memorial tem como objetivo honrar a ação de Sousa Mendes, mas também lembrar a forma como os refugiados foram então acolhidos pelos portugueses.

A adaptação de dois armazéns ferroviários às novas funções é da autoria da arquiteta Luísa Pacheco Marques que, utilizando formas e cores específicas, conseguiu de forma exemplar que a “arquitetura” refletisse o conteúdo histórico. Um dos exemplos mais interessantes é a transformação/distorção da forma cúbica onde se insere o primeiro núcleo - onde se fala da vida dos judeus antes da ascensão de Hitler



©António Pedro Ferreira



Margarida Magalhães Ramalho ©Giorgio Bordino

“TALVEZ SEJA BOM OLHARMOS OS OUTROS COMO SE NOS VÍSSEMOS AO ESPELHO”

Margarida Ramalho

ao poder, em 1933 – num corredor escuro, afunilado e hexagonal (o hexágono é a forma geométrica onde se insere a Estrela de David, símbolo por excelência do povo judeu) onde se explicam as razões que levaram milhares a fugir do nazismo. Por outro lado, se o ambiente dos três primeiros núcleos é opressivo, os três seguintes, relativos a Portugal, são bem diversos. O espaço torna-se amplo, luminoso, as paredes arredondam-se, como que abraçando, e o cinza escuro até aí utilizado nas paredes dá lugar ao azul céu.

No final do Memorial, fotos atuais de famílias que puderam existir graças ao ato de consciência de Sousa Mendes.

Mas este memorial tem outra característica. Para além do enquadramento histórico necessário, este é também um espaço onde se relatam histórias de vida de quem passou por Portugal no seu caminho para a Liberdade.



©António Pedro Ferreira

Diz-nos Margarida Ramalho: “conheci pessoalmente quase todas estas pessoas e algumas, vindas de vários continentes, fizeram questão em estarem presentes na inauguração. Foi comovente ver como para elas isso foi importante. Hoje, infelizmente, o sofrimento de milhares de refugiados que fogem da guerra, das alterações climáticas e da fome, mostramos como a humanidade continua a não aprender com as lições do passado e nada nos garante que se hoje são eles que fogem amanhã podemos ser nós. Talvez seja bom olharmos os outros como se nos víssemos ao espelho.”

Desde a sua abertura que as visitas ao memorial, tanto nacionais como estrangeiras, têm aumentado significativamente, destacando-se os segmentos escolares, grupos organizados e famílias. Quem o visita pode ter acesso a:

- / Audioguias em português, inglês, francês e espanhol.
- / Visitas Guiadas sob a orientação de técnicos, realizadas em português, espanhol, inglês e francês, tendo uma duração aproximada de 1h30. Marcação prévia junto da Divisão de Turismo, através dos e-mails turismo.almeida-almeida.pt ou fronteiradapaz@cm-almeida.pt, contatos telefónicos: 271 149 451 ou 271 149 459 (chamada para a rede fixa nacional).
- / Peddy papper “O caminho da liberdade e da esperança” dando a conhecer curiosidades e vivências, numa aprendizagem informal.
- / Em casos em que a autarquia decidir que se justifique, a visita guiada pode ser feita pela curadora.

Horários de funcionamento:

Terça a sexta: 9h00 – 12h30 / 14h00 – 17h30

Sábados, Domingos e Feriados:

10h00 – 12h30 / 14h00 – 17h30

Dias de encerramento:

Segunda-feira, 1 de janeiro,

01 de novembro, 24 e 25 de dezembro

Localização e Contatos

Largo da Estação

6355 Vilar Formoso

Telf: 271 149 459

Email: fronteiradapaz@cm-almeida.pt

O legado da herança judaica no concelho de Almeida inclui ainda a Esnoga da Malhada Sorda. Espaço inaugurado a 30 de abril de 2017, igualmente conhecido como Casa do Relógio, teria sido utilizado como uma sinagoga secreta para celebração de culto.



A HERANÇA JUDAICA NA GUARDA

A presença de uma comunidade judaica na Guarda, pequena, mas já estruturada e organizada, está documentada desde os fins do século XIII, nomeadamente na Chancelaria de D. Dinis quando, em 1295, a respetiva comunidade aforou uma casa com quintã ao monarca. Trata-se, por isso, de uma das comunidades mais antigas da região.

Tal como ocorreu noutras regiões, a judiaria da Guarda tem uma localização muito específica dentro da respetiva malha urbana. A Judiaria está no interior do pano de muralhas e nas proximidades dos principais eixos viários da cidade.

Assim, a Judiaria da Guarda é uma das mais bem documentadas do Reino, pois a frequente realização de tombo dos bens da Coroa a mando dos monarcas, no sentido de registarem e atualizarem o “tombo” dos seus domínios e propriedades, fornece um elevado manancial informativo.

Na chamada Baixa Idade Média (séculos XIV e XV), os moradores que compunham a comunidade da Guarda

aumentou significativamente, pois nos fins do século XIII contar-se-iam apenas cerca de 35 famílias e um século depois eram já 82, calculando-se a presença de 350 indivíduos nos fins do século XV, o que tem de ser considerado um número relativamente elevado, tendo em conta as dinâmicas demográficas da época.

A comunidade judaica seria constituída esmagadoramente por artesãos, que depois vendiam os seus produtos nas feiras e mercados regionais. Através das fontes escritas sabemos que muitos eram sapateiros, ferreiros, tecelões, alfaiates, embora se encontrem documentados também mercadores e físicos.

Em suma, a convivência secular, mais ou menos pacífica, e a dualidade cultural e religiosa entre católicos e judeus, contribuíram, sem dúvida, para a criação de uma identidade urbana própria e para a expansão e a importância económica da cidade da Guarda. Com a promulgação do Édito de Expulsão em 1496, por D. Manuel I, também a comunidade Judaica da Guarda teve de optar pela fuga ou pela conversão, mesmo que forçada e apenas aparente.

Está por estudar a relação da comunidade Judaica da Guarda ao Édito de 1496, mas podemos considerar que alguns terão fugido, outros permaneceram na cidade e, a seu tempo, terão mesmo saído da judiaria, que deixava de ter sentido após a conversão de todos os seus elementos ao Cristianismo. Muitos ter-se-ão espalhado por novas ruas e parte deles não de ter continuado a “judaizar” na clandestinidade, apesar das proibições e apesar das perseguições subsequentes ao estabelecimento da Inquisição Portuguesa em 1536. Entre 1496 e 1536 traçou-se, assim, um capítulo derradeiro da história das comunidades judaicas em Portugal, que passaram a dar lugar à complexa e controversa história dos Cristãos-Novos portugueses.



O ANTIGO BAIRRO JUDAICO

A presença judaica na Guarda está documentada desde o século XIII e seria uma das mais importantes da Beira Interior. Localizava-se na Paróquia de S. Vicente, no interior do perímetro amuralhado, próximo dos principais eixos viários da cidade medieval, nomeadamente a Rua de S. Vicente, a antiga Rua Direita e o Largo de S. Vicente, locais de grande circulação, que permitiam e facilitavam o desenvolvimento da atividade comercial dos membros desta comunidade.

Uma das referências mais importantes era a Sinagoga, instalada numa habitação aforada ao monarca. Lá se desenrolavam algumas das atividades mais importantes da comunidade, sendo a sinagoga o cenário das práticas religiosas, mas onde também podiam ocorrer atividades de cunho educativo ou até judicial.

www.mun-guarda.pt

LEIRIA É PARAGEM OBRIGATÓRIA NA REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL

A presença judaica em Portugal faz-se sentir por cidades, vilas e aldeias, um pouco por todo o país. Em Leiria, o legado judaico pode ser interpretado na Casa dos Pintores e na Igreja da Misericórdia, constituindo assim o Centro de Diálogo Intercultural da cidade.

“A presença de judeus em Leiria atesta-se já antes de 1219”, escreve o investigador Luís Urbano Afonso, data em que aparecem referências a *Jucefe de Leirena*, enquanto testemunha de uma venda. “A judiaria local fixou-se a sudeste das muralhas da vila acastelada, no rossio próximo do rio”, prossegue.

De acordo com Acácio de Sousa, a Segunda Guerra Mundial fez com que diversas famílias judias do centro da Europa abandonassem os respetivos países e procurassem refúgio em Portugal. Na época, Salazar autorizou a permanência temporária desta população, embora fosse “com apertado controlo de circulação”. No distrito de Leiria, Caldas da Rainha, cidade “bem servida pela ferrovia e com boas condições de alojamento, recebeu famílias com hábitos urbanos diferentes dos tradicionais portugueses”.

Na realidade, segundo o historiador, os contrastes em relação aos locais eram bastante evidentes. Foi tanta a estranheza como a recetividade e ainda hoje há caldenses que se lembram dos ares de novidade trazidos por quem fugia da perseguição na Europa. Os sobreviventes dessas famílias, bem como os seus descendentes, deixaram memórias do caloroso acolhimento que ali tinham recebido. Embora muitos tenham partido, alguns estabeleceram-se, com uma segunda geração a frequentar o Liceu de Leiria.

Conforme profere o Professor Saul António Gomes, entre os judeus que escolheram este município para habitar, já nos inícios do século XIII, encontravam-se indivíduos provenientes de outras vilas e cidades portuguesas.

De acordo com José Marques Cruz, dos Judeus Sefardistas “veio-nos o uso das chanfanas, das empadas de ‘roupa-velha’ e dos escabeches. Também o horror ao malpassado, ao sangue visível nos alimentos, faz parte desta herança”.

UM MUNICÍPIO CARREGADO DE HISTÓRIA

A Santa Casa da Misericórdia de Leiria foi fundada em 1544 e Luís Urbano Afonso lembra que há relatos locais desde os inícios do século XVII sugerindo que a igreja desta instituição assistencial foi construída no local da antiga sinagoga de Leiria. Em 1497, os bens judaicos, incluindo sinagogas, foram confiscados pela Coroa, deixando a possibilidade de a Sinagoga de Leiria estar devoluta ou com uma ocupação civil. Documentos dos primórdios do século XVI indicam considerações sobre como transferir para a antiga sinagoga o celeiro mantido pelo mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em Leiria.

A primeira igreja da Misericórdia foi construída pouco após 1544 sobre a antiga sinagoga, refletindo a vontade das autoridades de eliminar vestígios judaicos e supervisionar as práticas religiosas dos cristãos-novos na mesma área onde a judiaria estava localizada. A construção também reorganizou o mapa religioso, especialmente após Leiria se tornar uma diocese, logo no ano seguinte, em 1545.

A facilidade com que a igreja de S. Martinho foi demolida permitiu ampliar a principal praça da cidade, transferindo funções para a igreja da Misericórdia. “Como esta demolição foi realizada entre 1549 e 1553, é provável que a igreja da Misericórdia estivesse operacional pelo menos desde 1548”. No final do século XVI, habitações foram adquiridas perto da igreja para expandir o hospital da Santa Casa, substituindo a pequena enfermaria existente, “que funcionava numa única câmara junto à cabeceira da igreja”.

Por volta dos primórdios de 1600, o bispo D. Martim Afonso Mexia realizou melhorias na igreja, incluindo a instalação de um púlpito e colunatas de sustentação do coro alto. Durante as invasões francesas, o arquivo da Misericórdia foi destruído, deixando lacunas na compreensão das origens e

construções subsequentes. “Para todos os efeitos, o certo é que hoje em dia o edifício não apresenta quaisquer vestígios estruturais de intervenções anteriores ao século XVIII, exceção feita ao arranque de uma escada em caracol, de evidente cronologia antiga”.



Ainda de acordo com o historiador Luís Urbano Afonso, a Igreja da Misericórdia foi renovada pelo bispo D. Álvaro Abranches de Noronha, que simultaneamente exerceu o episcopado e a provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Leiria, de 1697 a 1745. Este edifício retangular tem uma única nave e uma capela-mor ampla, com uma pequena sacristia a norte. Classificada como “arquitetura portuguesa de Estilo Chão”, foi construída, pelo menos entre 1717 e 1722, sob a supervisão do mestre de obras Francisco Gomes.



Para além da Igreja da Misericórdia, também a Casa dos Pintores integra o Centro de Diálogo Intercultural de Leiria e deve o seu nome ao elevado número de artistas que retrataram a sua fachada, uma peça arquitetónica histórica de destaque que sobressai da malha urbana medieval, uma vez que representa o estilo de habitação mais antigo no coração histórico de Leiria.

A HERANÇA JUDAICA

Ao que tudo indica, o legado judaico mais relevante passa pela edição da obra “Almanaque Perpétuo”, de Abraão Zacuto, que teve fortes consequências e foi impresso na tipografia da família judaica Ortas, em Leiria, em 1496.

Segundo Luís Urbano Afonso, a palavra “almanaque” tem uma origem incerta, sugerindo ser um termo pseudo-árabe, desenvolvido na Península Ibérica. Desde o final da Idade Média, independentemente da sua origem, o termo tem sido associado a um calendário com tabelas anuais e permanentes, relacionadas com eventos astronómicos significativos, como fases da lua, equinócios, solstícios e eclipses. Na época em que o “Almanaque Perpétuo” foi publicado em Leiria, o seu principal interesse “residia nas tabelas (ou ‘tábuas’) que apresentavam os valores do ‘lugar do sol’ ao longo dos diferentes dias do ano, a partir do ano-raiz de 1473. Estes elementos eram úteis não só para a astrologia, mas também para a medicina”. Além disso, o almanaque leiriense incluía uma tabela de conversão que possibilitava a transformação desses valores, originalmente “apresentados numa lógica zodiacal, em valores normalizados com a ‘declinação do sol’, sem os quais não era possível calcular corretamente a latitude de um lugar”.

Abraão Zacuto teve um impacto significativo em Portugal, especialmente na vida de Mestre José Vizinho, um astrólogo e médico judeu que fazia parte da corte portuguesa. Este desempenhou um papel crucial no aprimoramento dos conhecimentos científicos necessários para as viagens oceânicas e conduziu trabalhos de campo na Costa da Guiné, dedicando-se a determinar a latitude desses locais ao observar a “altura” do sol ao longo de vários dias. “Não por acaso, foi precisamente José Vizinho quem preparou a edição do ‘Almanaque Perpétuo’”.

Editado em Leiria, em 1496, este livro é uma “compilação de tabelas onde constam as efemérides de vários astros, acompanhadas pelas instruções (ou “cânones”) para as utilizar”. Desta obra foram impressas duas versões: uma com os cânones em latim e outra com os cânones em castelhano, mantendo-se em ambas as tabelas numéricas com os títulos em latim.

Centro de Diálogo Intercultural de Leiria:

Casa dos Pintores. Rua Acácio de Paiva, nº 2.
2400 076 Leiria

Igreja da Misericórdia. Rua Miguel Bombarda, nº 15.
2400 190 Leiria

Tel.: 244 839 628

E-mail: cdil@cm-leiria.pt

www.cm-leiria.pt

O LEGADO DA HERANÇA JUDAICA EM BELMONTE

Em data, que ainda permanece obscura, mas que se situa na Idade Média, terão chegado a Belmonte os primeiros judeus.



arquivo da Câmara Municipal de Belmonte

Este momento não está documentado, mas a existência de uma pedra epigráfica, que hoje se pode ver no Museu Judaico de Belmonte, atesta que em finais do século XIII, existia uma sinagoga.

A pedra a que nos referimos foi encontrada numa casa em Belmonte, pelo investigador Francisco Tavares Proença Júnior decorria o ano de 1910. De acordo com os proprietários da mencionada casa, a dita pedra teria sido recolhida numa antiga ermida dedicada a São Sebastião numa Praça, com o mesmo nome, onde hoje se situa o edifício do Julgado de Paz de Belmonte.

Após a conversão forçada dos judeus, a seguir ao édito de expulsão de 1496, proclamado pelo Rei D. Manuel I, o culto judaico foi proibido e as sinagogas foram fechadas e a maior parte delas convertidas em templos católicos, tal como já o haviam sido os templos islâmicos após a Reconquista Cristã.

Atribui-se a Samuel Schwarz, engenheiro de minas que veio dirigir as Minas da Gaia, a descoberta da comunidade judaica de Belmonte para o Mundo, nos primeiros anos do século XX.

Quando Samuel Schawrz chega a Belmonte e visita o Museu Tavares Proença Júnior em Castelo Branco, depara-se acidentalmente com aquela pedra epigráfica que traduz e data de 1297. A inscrição hebraica da magnífica pedra é um versículo da Bíblia (Liber Habakuk: 2,20), que quer dizer: “E Adonai no seu templo sagrado, emudece perante Ele toda a sua terra”.

Após a instauração do Santo Ofício, em Belmonte, os cristãos-novos viviam e conviviam com a restante população, Este clima de tolerância pode observar-se nas palavras de Isabel Rodrigues, moradora em Belmonte, acusada de ser cristã-nova, que declarou, ao ser ouvida, em 1604, pelos inquisidores do Santo Ofício: “Por isso me prendem? Pois em Belmonte todos nós lá dizemos isso diante de clérigos e juizes e mais não nos vão à mão nem o estranham”.

Durante o Estado Novo, o movimento de resgate para o judaísmo oficial, iniciado na I República, perdeu força. Só após a Revolução do 25 de Abril, os judeus puderam regressar ao culto do judaísmo oficial. Nos 80 do século XX, fundaram uma comunidade e posteriormente edificaram uma sinagoga e um cemitério.

Belmonte é hoje um destino de eleição do turismo judaico em Portugal e motivo de investigação e estudo acerca do modo de vida e crenças do cristãos-novos, nomeadamente sobre o motivo pelo qual uma comunidade de judeus conseguiu sobreviver às diversas vicissitudes históricas.



arquivo da Câmara Municipal de Belmonte

www.cm-belmonte.pt

“EU SOU PORQUE ELES FORAM” – UMA HERANÇA DEIXADA PELOS NOSSOS ANTEPASSADOS

“Eu sou porque eles foram” é a mais recente obra da terapeuta sistémica e integrativa Sara Larcher, que explora as relações transgeracionais e como elas afetam quem nós somos. Este livro propõe conhecermos a nossa herança psicológica através de exercícios práticos e da criação do “Livro das Raízes”.

“Repetimos padrões, por amor e lealdade invisível, muitas vezes, do mesmo modo e nas mesmas datas. E, até serem trazidos à consciência, os mesmos factos repetem-se, uma e outra vez”, lê-se na sinopse da obra.

Sara Larcher explora as questões transgeracionais e a “herança invisível” dos antepassados, demonstrando o seu impacto nas nossas escolhas de vida. O leitor, ao contrário da maioria dos livros, não tem um único papel de introspeção, mas também de participação no processo. É-lhe pedido que realize exercícios práticos e crie o seu “Livro das Raízes”, no qual possa escrever os pensamentos e emoções enquanto vai avançando na leitura. O objetivo passa por ficar a conhecer melhor a sua história e o seu “legado ancestral”.

De acordo com a terapeuta sistémica e integrativa, Sara Larcher, “as feições, as profissões, os talentos, os feitos passam de geração em geração. Os traumas, as dores, os segredos, as exclusões também”. Nós somos um produto dos nossos antepassados, mesmo que o façamos inconscientemente, ou seja, “Eu sou porque eles foram”. “Não somos um livro em branco”, acrescenta, e isso pode “custar a nossa felicidade e bem-estar”.

No entanto, não quer dizer que não possamos construir o nosso caminho e a nossa história. É só essencial conhecer primeiro a nossa herança e entender o porquê de determinados comportamentos. A obra integra também testemunhos reais de quem já deu início a esta jornada sistémica, ajudando o leitor a tomar esse passo. É esta a proposta da escritora e no que a própria acredita.

Sara Larcher

Sara Larcher formou-se em Direito e exerceu a profissão durante 20 anos, até que decidiu licenciar-se em psicologia. Foi aí que se especializou em psicologia positiva, constelações familiares e sistémicas, no Método Louise Hay, em psicologia analítica, psicodrama, terapia transgeracional, psicogenealogia, inteligência emocional e Mindfulness.



A IMPORTÂNCIA DA BANDEIRA VERDE NO CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE

A Bandeira Verde, entre outros objetivos, pretende destacar e reconhecer as boas práticas ambientais e sociais em todo o território português. Apesar desta iniciativa ser composta por três programas distintos, os critérios são semelhantes e todos têm o mesmo intuito: a sustentabilidade.

O projeto Bandeira Verde, que desafia tanto as entidades governamentais como a população em geral a contribuir para a construção de um futuro melhor, é um conceito inovador que representa um compromisso com a sustentabilidade. Coordenada pelas Associação Bandeira Azul Europa e Fundação para a Educação Ambiental, em parceria com a MEO, a iniciativa desdobra-se em três programas. O ECO XXI, que se destina aos municípios, o Eco-Freguesias XXI, que tal como o nome indica, distingue as freguesias e por fim o Green Destinations, que destaca os destinos que desejem fazer parte deste movimento de mudança.

Relativamente à Bandeira Verde ECO XXI, o objetivo é identificar, reconhecer, avaliar e premiar, todos os anos, os municípios, reconhecendo como “ecomunicípios” os que demonstram e adotam boas práticas, políticas e ações em torno de alguns temas considerados chave. Entre outros, Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, Sociedade Civil, Instituições, Conservação da Natureza, Ar, Água, Energia, Resíduos, Mobilidade, Ruído, Agricultura, Turismo e Ordenamento do Território.

De acordo com a Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação (ABAAE), “este processo visa

motivar os municípios e os cidadãos, destacando a importância do seu envolvimento na transição para uma sociedade mais responsável e sustentável”.

Com a introdução do ECO XXI, a ABAAE procurou, por um lado, reconhecer o esforço realizado na implementação de medidas para promover a sustentabilidade, com especial destaque para a educação e qualidade ambiental, e, ao mesmo tempo, contribuir para a avaliação de indicadores de desenvolvimento sustentável ao nível do município.

“Considera-se que, para caminhar no sentido de um desenvolvimento mais sustentável é indispensável trabalhar de uma forma consistente na mudança de atitudes e comportamentos. Neste contexto, os municípios deverão equacionar uma crescente preocupação com a sensibilização e educação das suas populações”.

A ABAAE sublinha que o principal objetivo não assenta na criação de um conjunto fechado e definitivo de parâmetros, indicadores e índices de sustentabilidade, mas sim na constituição de uma plataforma estruturada para debater este tipo de ferramenta metodológica..

ÁGUEDA, UMA CIDADE PARA TODOS

O Município de Águeda desenvolve um trabalho constante, consistente e diversificado em várias linhas estratégicas de atuação, implementando diversas práticas sustentáveis, dos pontos de vista social, ambiental e económico que têm reflexos na qualidade de vida de quem aqui vive, trabalha ou visita.

A sustentabilidade não é apenas ambiente, mas coloca em prática medidas que têm em atenção a vertente social e a satisfação das necessidades das populações, bem como o desenvolvimento económico dos territórios.

O Município de Águeda tem apostado nestes três vértices, com projetos apontados como exemplares e que têm granjeado reconhecimentos, tanto a nível nacional como internacional. Um dos mais recentes foi o Prémio Nacional de Turismo, com o AgitÁgueda - Art Festival, na categoria turismo autêntico, sendo distinguido, entre mais de 750 candidaturas de todo o país. Um evento que envolve toda a comunidade – as ruas, praças e vielas –, com espetáculos e manifestações artísticas que transformam a cidade num palco gigante onde acontece de tudo um pouco e numa verdadeira galeria a céu aberto.

Fruto deste trabalho consistente que promove o desenvolvimento sustentável, entre a eficiência no uso dos recursos, a promoção da descarbonização e a criação de soluções de inteligência urbana, Águeda recebeu este ano o Prémio Portugal Smart Cities António Almeida Henriques, na categoria “Neutralidade carbónica”. É vencedora dos prémios internacionais LivCom Awards, que distinguem Águeda como sendo o melhor município do mundo para viver (concelhos entre 20 e 75 mil habitantes) e somos um dos cinco municípios mais sustentáveis



do país, com um índice superior a 84% no ECO XXI.

Águeda é também uma Autarquia + Familiarmente Responsável, um Município Amigo da Juventude e Município Amigo do Desporto. Sustentabilidade é isto mesmo, uma cidade para todos, que não atua unicamente numa área, mas numa vertente integrada e multidisciplinar e que contribui para o aumento da qualidade de vida de todos os seus cidadãos.

www.cm-agueda.pt

DO MENOR AO MAIOR
ÁGUEDA É NATAL!
18 NOVEMBRO A 7 JANEIRO

ÁGUEDA
CÂMARA MUNICIPAL

DETENTOR DO RECORDE MUNDIAL
PAN NATAL DO MUNDO



O território português, com pouco mais de 92 mil quilómetros quadrados, é rico em património que, pelas suas especificidades, merece ser explorado, valorizado e, acima de tudo, preservado.

O Roteiro de Turismo Militar é um projeto nacional, em parceria com os municípios portugueses, que visa contribuir para a promoção do território e salvaguarda do património histórico-militar. Para tal, conta com um conjunto de rotas que estão relacionadas com a história nacional e que promovem recursos, equipamentos e serviços turísticos e culturais, de forma direta ou complementar, integrados no Turismo Militar em Portugal. Este projeto, composto por uma programação dinâmica de conteúdos personalizados, encontra-se em constante construção e crescimento.

ITINERÁRIOS NAPOLEÓNICOS

Do conflito armado, que envolveu os reinos de França, Espanha, Inglaterra e Portugal, encabeçado pelo líder militar francês Napoleão Bonaparte, entre 1807 e 1814, Portugal foi alvo de três invasões francesas, que atingiram fortemente o território. Deste tempo, perderam os castelos, as fortificações, construídas e destruídas, as muralhas, os campos de batalha, as casas e os quartéis que serviram de abrigo a aliados e a inimigos. Hoje em dia estão transformados em museus e centros de interpretação, que retratam os acontecimentos da época. Nestes diversos territórios ocorrem, para além de conferências e seminários, eventos de recriação histórica, que visam comemorar as batalhas travadas em Portugal durante as invasões francesas.

ROTA DA BOA MEMÓRIA

De 1383 a 1385 deu-se uma crise dinástica, que ficou marcada pelas batalhas lideradas por D. João I, Mestre de Avis, apelidado “O da Boa Memória”, e pelo seu Condestável D. Nuno Álvares Pereira, na luta pela independência portuguesa. Desta luta restaram os grandes marcos estratégicos na defesa do território, um património histórico-militar que pode ser conhecido através de visitas, conferências, encontros, comemorações, exposições e recriações históricas, nos campos de batalha, centros de interpretação e monumentos que atestam a consolidação de Portugal.

ROTA DOS CASTELOS E MURALHAS DO MONDEGO

Conhecida como um dos mais ancestrais sistemas defensivos regionais do país, a Linha Defensiva do Mondego compreende dez fortificações. A Rota dos Castelos e Muralhas do Mondego pretende valorizar o património medieval que fez parte desta Linha de defesa, durante o período da reconquista cristã. Quem a percorre tem a oportunidade de recriar o imaginário de cooperação bélica na zona de fronteira entre o mundo Cristão e o mundo Muçulmano, bem como de encarar cada fortificação como um dispositivo militar orgânico evolutivo.

“MUDE O SEU DESTINO, ONDE MUDAMOS O DE NAPOLEÃO”



O Centro de Interpretação das Linhas de Torres tem como objetivo divulgar o património das Linhas de Torres enquanto sistema de defesa militar que ditou a derradeira retirada do exército napoleónico de Portugal, em 1810, naquela que ficou conhecida como a 3.ª invasão francesa - um dos episódios mais marcantes da Guerra Peninsular e a maior ofensiva que o país alguma vez recebeu.

O serviço educativo oferece, ao longo do ano, uma gama de atividades e eventos tanto para os mais pequenos como para famílias e público em geral. Para saber mais subscreva a newsletter em www.cilt.pt.

O CILT situa-se a 35 km de Lisboa, no centro histórico da vila de Sobral de Monte Agraço, outrora, palco de um dos mais expressivos combates entre as tropas aliadas e as tropas francesas – o combate de Sobral.

Aqui o visitante pode ficar a conhecer mais sobre estas linhas, construídas para defender a capital portuguesa e consideradas o maior sistema militar de campanha da Europa.

Depois da exposição, o visitante é convidado a percorrer o Circuito do Alqueidão, um conjunto de trilhos ao ar livre, que ligam vários Fortes, por troços de estradas militar, situado a cerca de 2km a sul de Sobral.

Aí encontrará o Forte do Alqueidão ou o coração das Linhas. Foi o posto de comando de Arthur Wellesley (duque de Wellington) e absolutamente fundamental para travar a marcha do inimigo. Hoje, ao visitar este aprazível lugar, com os seus caminhos cuidados e estruturas exemplares, dificilmente se sente a ameaça de uma invasão que há duzentos anos aterrorizava a região. Erguido no ponto mais alto das Linhas tem uma magnífica vista sobre a paisagem que, pautada por vales, montes e desfiladeiros, se estende do rio Tejo até ao Atlântico, detendo-se nas serras de Montejunto e Socorro, no Palácio da Pena ou em Lisboa.

Ali próximo, não deixe de visitar a igreja de Santo Quintino, mandada construir por D. Manuel I. Este maravilhoso exemplar arquitetónico atrai tanto estudantes como turistas pelo deslumbrante portal e



interiores e, de regresso à vila, o moinho de vento, com todo o seu engenho tradicional preservado.

Mas, porque a identidade de uma região não está só no património, usufrua da prova de alguns dos excelentes vinhos aqui produzidos e da gastronomia local. Se quiser continuar a sua viagem no tempo, aproveite para degustar um “bife Wellington” num dos nossos restaurantes.

Morada: Praça Dr. Eugénio Dias, 12
2590-016 Sobral M. Agraço

Horário: De 3.ª a dom., das 10h às 18h

T. 261 942 296 **E.** cilt@cm-sobral.pt



www.cilt.pt

“A BÍBLIA TINHA MESMO RAZÃO” NAS HISTÓRIAS DE ISRAEL?



“A Bíblia tinha mesmo Razão?”, pergunta-se o padre jesuíta e professor de Literatura Bíblica na Pontifícia Università Gregoriana em Roma, Francisco Martins, em relação às “histórias de Israel e o Israel da história”. “A Bíblia tinha mesmo Razão? As histórias de Israel e o Israel da história” é a obra de sua autoria, na qual é reconstruída a história de Israel, através da Bíblia e de descobertas arqueológicas e epigráficas.

“A Bíblia tinha mesmo Razão? As histórias de Israel e o Israel da história” é uma obra de reflexão historiográfica e resultado científico, da autoria do padre jesuíta Francisco Martins, que levanta questões importantes:

“Abraão e Moisés existiram mesmo ou são apenas personagens de ficção?

O Êxodo do Egito aconteceu nos moldes em que é celebrado na Bíblia?

E a conquista da “terra prometida”: facto ou mito?

Quão gloriosos foram os reinados de David e Salomão?

Como e quando nasceu o monoteísmo bíblico?”

O padre Francisco Martins propôs-se a reconstruir a toda a história de Israel antigo, desde os primórdios até ao início do império romano, no século I a.C.. Diversos textos bíblicos - começando pelo livro do Génesis e terminando nos livros dos Macabeus - foram analisados, comparando com as descobertas

arqueológicas e epigráficas.

A Bíblia e a história andam de mãos dadas, havendo constantemente novas descobertas que alteram a visão dos acontecimentos e de determinadas personalidades. “Propõe-se uma nova perspetiva sobre eventos e personagens que povoam há séculos o imaginário da cultura ocidental”, afirma a sinopse da obra.

Francisco Martins nasceu em Lisboa, é padre jesuíta e professor de Literatura Bíblica na Pontifícia Università Gregoriana, em Roma. Licenciou-se em Filosofia e em Teologia, é mestre em Teologia Bíblica e em Filologia Semita e História Antiga, e doutorou-se em Estudos Bíblicos. Já foi bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), é autor de diversos artigos de revistas científicas e membro da Associação Bíblica Portuguesa e da Society of Biblical Literature (EUA).

REGISTOS SONOROS DO 25 ABRIL PROPOSTOS COMO PATRIMÓNIO FONOGRÁFICO NACIONAL

Estando a pouco mais de cinco meses de se comemorar os 50 anos do 25 de Abril, o Município de Grândola propôs a classificação de dois registos sonoros originais e determinantes na queda do regime como Património Fonográfico Nacional. São eles a interpretação da canção “Grândola Vila Morena” no primeiro Encontro da Canção Portuguesa e a emissão da mesma canção na Rádio Renascença.



O Município de Grândola, com o apoio da Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCALen), apresentou uma proposta de classificação de dois registos sonoros como Património Fonográfico Nacional e será também a “primeira proposta de classificação fonográfica em Portugal”, referiu, à agência Lusa, a diretora da DRCALen, Ana Paula Amendoeira.

Um registo remete para a interpretação da canção “Grândola Vila Morena”, de Zeca Afonso, no primeiro Encontro da Canção Portuguesa, “que teve lugar no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, no dia 29 de março de 1974”. O outro é a gravação original da senha do 25 de abril, com a mesma canção, “emitida no programa ‘Limite’ da Rádio Renascença, que iniciava as movimentações militares na madrugada do 25 de abril”, explicou o presidente da Câmara, António Figueira Mendes, à Renascença.

“O que quer dizer que a música já tinha sido apropriada pelo povo, mesmo antes do 25 de abril”, acrescentou. Foram dois momentos determinantes no derrube do regime ditatorial a 25 de abril de

1974, com uma música emotiva para o povo e surpreendente para o regime, sendo das poucas de Zeca Afonso que escapou à censura. Os registos pertencem à Fundação Mário Soares e Maria Barroso e à RTP que autorizaram e apoiaram esta proposta.

Esta proposta integra as comemorações dos 50 anos do 25 de abril, juntando-se ao cartaz musical, com a atuação de Paulo de Carvalho da canção “E depois do adeus”, à ilustração de André Carrilho (um grupo de pessoas segurando um enorme microfone do qual sai um cravo), ao monumento a ser criado por Vhils e às obras de arte pública a serem implantadas em cada uma das freguesias de Grândola.

A agência Lusa confirmou que, depois de os registos serem classificados como património nacional, as duas entidades pretendem avançar com uma proposta de reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na categoria “Memórias do Mundo”.

“TERRITÓRIO DO SALGADO” DA FIGUEIRA DA FOZ, UM DESTINO A VISITAR.



No verão ou no inverno é um local único para uma experiência turística autêntica e imersiva.

O crescimento da atividade turística, que tem sido um dos setores mais dinâmicos e inovadores da sociedade nas últimas décadas, associado aos novos comportamentos de viagem, levou o turista a procurar experiências únicas, personalizadas e diferenciadoras. Atualmente verifica-se um crescente interesse por destinos e atividades de natureza, ao ar livre, longe de multidões, que permitam viver o local de forma fluída e natural, participando na cultura e partilhando momentos marcantes com as comunidades locais.

O “Território do Salgado” da Figueira da Foz coaduna-se com esta nova tendência, sendo um local único e propício para uma experiência turística autêntica e imersiva, onde os visitantes podem conhecer profundamente a cultura e as tradições intrínsecas deste destino. O património cultural costeiro, material e imaterial é, desde sempre, um valor reconhecido e considerado pelo Município da Figueira da Foz, que tem procurado cuidar da sua conservação, reabilitação e dinamização, indo ao encontro do fortalecimento sociocultural e assegurando a sua permanência e continuidade. A atividade artesanal de extração de sal marinho na nossa cidade tem contornos

históricos, etnográficos, paisagísticos, ambientais e económicos, estando intimamente ligada à memória coletiva. Por tudo isto, aceite o nosso convite para conhecer a Ilha da Morraceira e as marinhas de sal nas margens do rio Mondego e do Rio Pranto, onde pode vivenciar os conhecimentos tradicionais da produção artesanal do sal marinho da Figueira da Foz.

Entre a terra, o rio e o mar, a Salina do Corredor da Cobra, o Núcleo Museológico do Sal, o *Pedarium*, que promove a saúde e o bem-estar, e o Armazém de Sal, constituem um conjunto patrimonial singular e distintivo, propriedade do Município, que contribui para reforçar a identidade do território. Aqui, terá a oportunidade de aprender todas as práticas e técnicas inerentes às três dezenas de marinhas de sal ainda em atividade, bem como conhecer o variado leque de utensílios e alfaias de madeira, habitualmente construídas pelos marnoteiros ou “marronteiros”, detentores destes ancestrais conhecimentos.

Sugerimos ainda a participação na “Despesca”, atividade realizada nos meses de inverno, estreitamente ligada à produção de sal, aberta à comunidade e aos visitantes. É neste dia que os



marnoteiros e grupos de amigos se juntam, de forma lúdica, nos viveiros onde o peixe é capturado, separado e lavado, sendo por vezes consumido no próprio local para deleite dos participantes.

Local inconfundível, o “Território do Salgado” da Figueira da Foz dispõe ainda de muitos outros espaços em que pode desfrutar de paisagens inigualáveis. O roteiro pode iniciar-se com a Rota das Salinas (PR6/FF), que convida ao passeio, ou com a Rota Fluvial que permite levar o visitante num batel de sal pelos esteiros do salgado. Neste percurso pode ainda desfrutar do Observatório das Aves, apropriado para fotografar um sem número de espécies limícolas e marinhas, que aqui encontram o seu refúgio para nidificação, destacando-se os icónicos flamingos que permanecem nas salinas ao longo de todo o ano.

A produção artesanal de sal é um processo cíclico, dinâmico e vivo, marca as paisagens e a identidade

deste destino turístico, colocando à disposição do visitante diversos produtos endógenos, como a Flor de Sal, a salicórnia e tantos outros produtos gastronómicos que tornarão memorável a sua experiência na Figueira da Foz.

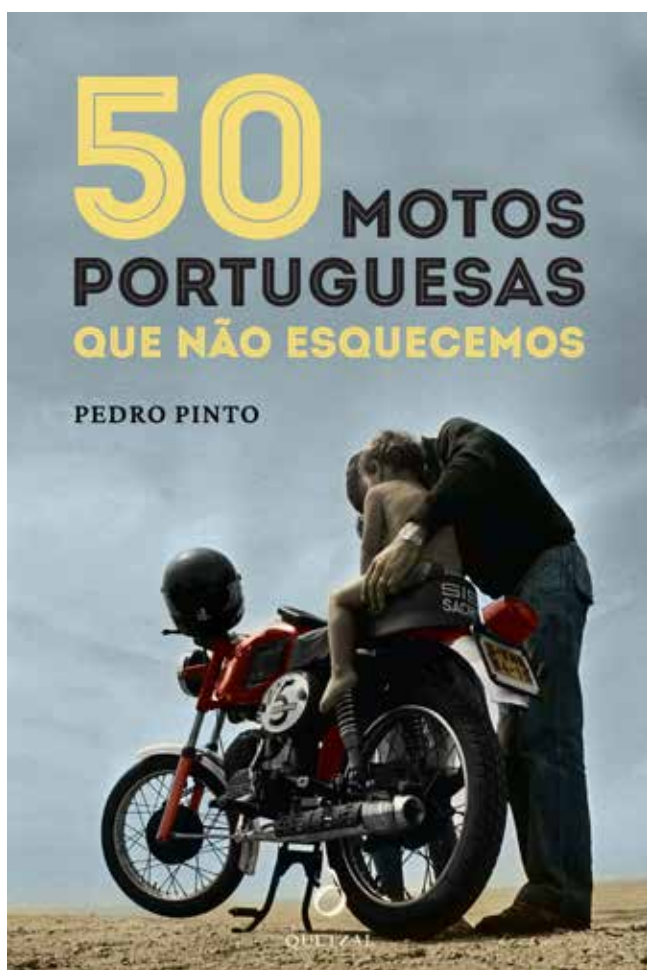
A concretização do projeto “Quinta Ciência Viva do Sal - Cooperação, salvaguarda e inovação”¹ revela o empenho do Município na salvaguarda e revitalização deste Património Cultural Costeiro, estando em curso uma intervenção no Núcleo Museológico do Sal que contribuirá, indiscutivelmente, para a conservação e reabilitação da atividade salineira. Num futuro muito próximo poderá visitar a “Quinta Ciência Viva do Sal”, que se assume como um espaço inovador, de divulgação, investigação e inovação tecnológica, com capacidade para estimular o desenvolvimento económico e social, tendo como foco a valorização do produto “Sal” e a preservação do património natural e cultural que lhe está associado.

Viva uma das melhores experiências de viagem e visite o “Território do Salgado” da Figueira da Foz, local inconfundível, que criará memórias duradouras e genuínas.

¹ Projeto conjunto que envolve o Município da Figueira da Figueira, a Ciência Viva-ANCCT, a Universidade de Coimbra e a Vilvite, Bergen Science Center da Noruega.

“50 MOTOS PORTUGUESAS QUE NÃO ESQUECEMOS” GANHA NOVO FORMATO

A editora Quetzal reeditou o livro “50 Motos Portuguesas Que Não Esquecemos”, de Pedro Pinto. Esta reedição, lançada a 23 de novembro, conta com um novo formato.



A obra “50 Motos Portuguesas Que Não Esquecemos”, inicialmente publicada em 2021, foi agora recuperada num novo formato, “mais pequeno e irresistível, como as boas memórias desses tempos”, reitera a editora, em nota de imprensa.

“A magia das Sachs, o motor das Pachancho, o slogan das Famel ou a elegância das Vilar Cucciolo e das Casal Carina são objetos de desejo” para quem viveu a época áurea das motorizadas, um

tempo de nostalgia que a Quetzal tem vindo a revitalizar nos últimos anos, com a publicação dos livros do autor Pedro Pinto. De acordo com a editora, aqueles que experimentaram a era dourada das motorizadas recordam-nas com uma mistura de paixão e nostalgia. “Poucas sensações rivalizam com a de conduzir uma moto de 50 cilindradas, com os cabelos ao vento e todos os sonhos à velocidade de um motor que enche as ruas de excentricidade”.

O livro reúne uma lista arriscada e original: 50 grandes motos, de várias cilindradas, concebidas e fabricadas em Portugal. Estas motos impulsionaram uma indústria criativa e ousada, que enfrentou desafios e, na maioria dos casos, não resistiu à passagem do tempo. “Um registo para verdadeiros amantes de motos”, é assim que a Quetzal apresenta e descreve esta obra.

Relativamente a Pedro Pinto, desde que a mãe lhe ofereceu uma Mobylette a pedais quando tinha 11 anos, o seu universo começou a orbitar em torno das motos. A década de 70 marcou o início da sua participação em eventos de destreza e motocross. Competiu nos Campeonatos Nacionais de Velocidade e Motocross, nas categorias de cilindradas 50 e 125, de 1975 a 1981, ano em que, após um acidente grave, se retirou da competição.

Foi um dos membros fundadores do Moto Clube de Sintra e, a partir de 1986, revigorou o Vespa Clube de Lisboa, organizações das quais foi dirigente durante vários anos. Também foi um dos membros fundadores da Federação Nacional de Motociclismo, responsável por revitalizar a modalidade em Portugal. Desde a juventude, o autor colecionou uma ampla gama de objetos e documentos relacionados com o universo das motos em Portugal, trabalhou como jornalista na área e colaborou com diversas revistas. Para além de ser autor de vários livros, organizou a exposição “As Motos do Século, o Século das Motos” e o respetivo catálogo.



AS RAÇAS AUTÓCTONES E A IMPORTÂNCIA DE SEREM PROTEGIDAS

Portugal, apesar da sua reduzida dimensão, é rico, entre muitos outros fatores, em raças autóctones. Atualmente, segundo a Direção Geral de Alimentação e Veterinária, estão, “oficialmente, reconhecidas 62 raças autóctones, sendo 51 de espécies pecuárias, 11 raças de canídeos e uma raça de abelhas”.

As raças autóctones distinguem-se pela notável uniformidade e adaptação ao ambiente em que vivem, traços que foram adquiridos ao longo de várias gerações e que representam, por isso, um valioso património genético, a que se alia um significativo potencial de valorização económica. Estas raças contribuem para a produção de alimentos de alta qualidade, muitos dos quais beneficiam das designações de origem protegida pela União Europeia, como as DOP (Designação de Origem Protegida) e IGP (Indicação Geográfica Protegida).

Em Portugal, segundo a Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), são, “oficialmente, reconhecidas 62 raças autóctones, sendo 51 de espécies pecuárias, 11 raças de canídeos e uma raça de abelhas”. As espécies pecuárias reconhecidas englobam 16 raças de ovinos, 15 de bovinos, seis de caprinos, também seis de equídeos, cinco de aves e três de suínos. Porém, com base na Aliança contra a Fome e a Má-nutrição Portugal, algumas classificam-se como estando em risco de extinção.

De acordo com Susana Guedes Pombo, Diretora Geral da DGAV, “as raças autóctones são, e é bom

relembrar, o notável resultado evolutivo de uma perfeita adaptação de animais aos meios onde vivem, às condições climáticas e às pessoas que delas cuidam e que com elas desenvolveram notáveis sistemas de produção, resilientes do ponto de vista climático e assentes essencialmente, numa economia circular”.

Estas raças desempenham, hoje em dia, segundo a Diretora Geral da DGAV, um papel crucial ao abrangerem diversas áreas e atividades, contribuindo para a natureza multifuncional da agricultura, promovendo a sustentabilidade e fortalecendo a neutralidade carbónica. Além disso, desempenham um papel bastante importante na criação de produtos distintos e diferenciadores e no combate do despovoamento do interior do país.

GADO CATRINA: PATRIMÓNIO GENÉTICO, CULTURAL E HISTÓRICO DO NOSSO PAÍS



O nome Catrina é uma denominação sobejamente conhecida no mundo rural da Ilha Terceira, embora só tenha surgido no início do século XX. Representa um tipo de gado bovino que se dissipa nos tempos do povoamento da ilha, sendo comumente apelidado de gado da terra, gado de curral ou gado de cima, visto habitar as zonas altas da ilha e devido ao seu temperamento arisco, ser diariamente fechado em currais, em tempos idos, para ser ordenhado.

Oriundo de populações de gado primitivo, o touro fundador apelidado de “Catrina Velho” foi corrido à corda variadíssimas vezes, demonstrando sempre o seu carácter voluntarioso e arrojado enchendo o arraial de vivacidade e alegria, tal como descreve um dos testemunhos recolhidos: “90% dos Catrinas era para dar espetáculo”. Este touro foi utilizado como reprodutor, sendo as crias apelidadas de “Catrinas”. Estas, destacavam-se por terem uma mancha branca junto à virilha ou uma malha em forma de estrela na fronte, que até aos dias de hoje permanece bem vincada na raça, apesar da rica e variada coleção de pelagens.

“As vacas Catrinas é que foram o princípio da minha vida”, “serviam para fazer a vida melhor do que fazem agora com as lavradas” são testemunhos recolhidos, dando uma imagem de como era a atividade agropecuária na Ilha Terceira a partir dos anos 20,





que, por razões óbvias, como isolamento, intempéries, inexistência de solos aráveis, entre outros fatores, não era fácil.

No entanto, a evolução económica e sociocultural das últimas décadas conduziu a uma elevada pressão para a criação de raças exóticas altamente produtivas. Fatores esses que, conseqüentemente, resultaram numa redução acentuada das populações nativas, ameaçando assim a sua existência, o que, infelizmente, para o gado Catrina não foi exceção.

O gado Catrina chegou aos nossos dias através da sensibilidade e perspicácia do Sr. João Ângelo, lavrador e cantador popular terceirense. Atualmente existem outros criadores que, de forma estoica e incansável, mantêm o seu efetivo através de linhagens puras, por respeito e consideração, tendo noção do valioso legado deixado pelos seus antepassados.

Ora, se o gado Catrina subsistiu até aos dias de hoje foi fruto das suas particularidades e do seu instinto. Diferenciando-se da raça brava por serem demasiado mansos para serem bravos, mas também diferem dos bois mansos da ilha, sendo demasiado bravos para serem mansos. Estes animais destacam-se pela sua rusticidade e tamanho relativamente pequeno, de extrema importância para a harmonia entre a raça e o seu habitat natural. Além do mais, esta população desenvolveu uma termo-resistência essencial à sua sobrevivência em condições climáticas desfavoráveis e com uma alimentação com reduzido valor nutritivo, o que era observado pelos próprios criadores “o gado Catrina comia em campos ruins, não havia adubos”; “comiam o que o chão lhes dava”; “um animal mais pequeno, de trabalhar melhor, mais resistente a tudo”. Outra das notáveis características é a sua longevidade, atingindo mais de 20 anos de idade e habitualmente trazendo uma cria por ano, o que para raças de alta produção é atualmente impensável. Posto isto, graças à sua capacidade reprodutiva e facilidade de parto, o gado Catrina é frequentemente utilizado como linha materna, demonstrando mais uma vez a sua

versatilidade e capacidade de adaptação à evolução do meio.

Por último, mas de igual importância, destaca-se a aptidão para a produção de leite com elevada qualidade em termos proteicos e de gordura, visível através da nata formada “leite muito e bom, melhor do que o leite das lavradas (...) um leite mais forte, com mais graduação (...) se ficava de tarde até ao outro dia de manhã tinha um dedo de nata”, “Em nossa casa, o leite chegava de manhã, por volta do meio dia tirava-se uma camada de nata, chegava à tarde tirava-se outra camada e quando fervia à noite ainda tirava nata, tirava-se nata 3 vezes”. Estes são relatos de agricultores que de forma empírica selecionaram os melhores animais de acordo com as necessidades. Esta seleção veio mais tarde a ser comprovada com a caracterização genética, que detetou elevada frequência de alelos ancestrais e de enorme importância para a indústria leiteira bem como relativamente à qualidade organoléptica da carne. Estes são animais que se destacam pela positiva.

Sendo as raças autóctones um “ativo vivo”, a conservação do gado Catrina é essencial para manter a biodiversidade animal e garantir a resiliência do setor agropecuário diante de desafios como mudanças climáticas. Para além de, pertencerem ao ecossistema da região, encontrando-se perfeitamente adaptadas ao meio e sendo fundamentais para o equilíbrio da biodiversidade animal, são também um importante efetivo para a sustentabilidade ambiental e socioeconómica com o desenvolvimento de boas práticas alimentares (produzindo produtos e subprodutos de elevada qualidade), preservação das atividades culturais, entre outros.

Ana Rita Faria Azevedo
Secretária Técnica
Associação de Criadores de Gado Catrina

FEIRA DO FUMEIRO DE VINHAIS VOLTA A ABRIR PORTAS À QUALIDADE

A Feira do Fumeiro de Vinhais está de volta à vila raiana, de 8 a 11 de fevereiro de 2024, para a 44ª edição. Ao todo, serão cerca de 70 os produtores que vão marcar presença nesta que é a feira do fumeiro mais antiga do país.



Por terras transmontanas, mais concretamente em Vinhais, ultimam-se os preparativos para a 44ª Feira do Fumeiro. De acordo com a autarquia, a justificação para o facto de Vinhais ser considerada “a capital do fumeiro é simples: tem o melhor fumeiro”. O clima, a matéria-prima e o tempero foram apontados como os principais fatores para a qualidade do produto diferenciá-lo dos demais.

O Fumeiro de Vinhais tem, atualmente, sete produtos devidamente certificados com a designação de Proteção Comunitária IGP (Indicação Geográfica Protegida), - Alheira de Vinhais; Chouriça de Carne de Vinhais, Salpicão de Vinhais, Butelo de Vinhais, Chouriço Azedo de Vinhais, Chouriça de Doce de Vinhais e Presunto de Vinhais) – uma distinção que reconhece a qualidade destes produtos.

O fumeiro exposto na Feira é composto por, pelo menos, 50% de porco bísaro, uma raça autóctone portuguesa, e é exigido aos produtores que sigam todas as regras de produção, incluindo matéria-prima, ingredientes, método de preparação, cura e secagem de cada um dos produtos. A totalidade da produção é rigorosamente controlada e monitorizada pela ANCSUB (Associação Nacional de Criadores de Suínos da Raça Bísara), desde o nascimento do porco até à disponibilização do produto no mercado.

Deste modo, as Jornadas Técnicas do Porco Bísaro e o Concurso Nacional de Suínos de Raça Bísara são eventos integrantes no programa da Feira do Fumeiro e “servem de estímulo para todos os criadores da raça e transformadores de fumeiro de Vinhais”.

Relativamente ao cartaz deste ano, a animação fica a cargo de grupos da terra, com concertinas e ranchos que atuarão em diversos horários, ao longo dos quatro dias, bem como são esperados “grandes nomes da música portuguesa, que serão revelados em breve”.

O recinto do certame alberga o pavilhão do fumeiro, que conta com cerca de 70 produtores, representantes do fumeiro certificado de Vinhais, sendo alguns oriundos de outros locais de Trás-os-Montes, e a zona gourmet, composta por 60 expositores de doces conventuais, pastelaria típica da região, azeite, vinhos, queijos, entre outros. Além deste, existirá um pavilhão com tasquinhas onde poderão degustar o melhor da gastronomia regional e outro que vai receber todo o tipo de artesanato, de vários pontos do país, bem como as empresas locais, perfazendo um total de mais de 90 stands, somente neste espaço. No recinto haverá também uma exposição de máquinas agrícolas e feirantes de ruas, contabilizando, assim, aproximadamente, 500 expositores.

www.cm-vinhais.pt





FEIRA DO FUMEIRO

08 A 11 FEVEREIRO 2024



VINHAIS

CAPITAL DO FUMEIRO

UMA POPULAÇÃO QUE DEU VIDA AO MUNDO RURAL DA ILHA TERCEIRA!



ACGC - Associação de Criadores de Gado Catrina
Secretária Técnica: Dra. Ana Rita Faria Azevedo
e-mail: secretariatecnica.acgc@gmail.com | gadocatrina@gmail.com
TERINOV - Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira
9700-702, Terra Chã, Angra do Heroísmo.